da Costa Oliveira—António Lopes Mateus—José de Almeida Eusébio—António de Oliveira Salazar—Júlio Alberto de Sousa Schiappa de Azevedo—Luís António de Magalhães Correia—João Antunes Guimarães—Armando Rodrigues Monteiro—Gustavo Cordeiro Ramos—Henrique Linhares de Lima.

Direcção Geral do Ensino Técnico

Decreto n.º 19:781

Considerando a necessidade de regular com vantagem o regime de exames finais nas escolas superiores e médias dependentes da Direcção Geral do Ensino Técnico;

Atendendo à conveniência de manter duas épocas de exames, já estabelecidas nos respectivos regulamentos;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Em todas as escolas superiores e médias dependentes da Direcção Geral do Ensino Técnico haverá duas épocas de exames finais:

a) Ordinária, de 1 até 31 de Julho;

b) Extraordinária, que nunca deverá ir além de 31 de Outubro.

Art. 2.º Só serão admitidos a exame anual na época extraordinária os alunos que não tenham comparecido no dia marcado para exame na época ordinária.

§ único. Os alunos que tiverem faltado à época ordinária para serem admitidos à extraordinária deverão satisfazer a propina de 70\$ e 50\$ respectivamente para as escolas superiores e médias, satisfeita com uma antecedência de dois dias daquela para que fôr marcado o exame extraordinário.

Art. 3.º Não podem as escolas, por virtude da realização dos exames na época extraordinária, adiar a sua abertura para data posterior àquela que lhe é determinada pelos seus regulamentos.

Art. 4.º É mantido no presente ano lectivo o regime vigente nas escolas de que trata o presente decreto, ficando no entanto os exames da segunda época sujeitos ao pagamento da propina indicada no § único do artigo 2.º

Art. 5.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 25 de Maio de 1931.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira—António Lopes Mateus—José de Almeida Eusébio—António de Oliveira Salazar—Júlio Alberto de Sousa Schiappa de Azevedo—Luís António de Magalhães Correia—João Antunes Guimarães—Armando Rodrigues Monteiro—Gustavo Cordeiro Ramos—Henrique Linhares de Lima.*

10.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 19:782

Tornando-se necessário providenciar quanto ao pagamento das remunerações ao pessoal docente do curso de

climatologia e hidrologia da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, criado pelo decreto n.º 18:378, de 23 de Maio de 1930;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É inscrita no orçamento do Ministério da Instrução Pública para o ano económico de 1930-1931 no capítulo 3.º «Instrução Universitária—Universidade do Porto—Faculdade de Medicina», artigo 342.º «Remunerações certas ao pessoal em exercício», n.º 1) «Pessoal dos quadros aprovados por lei», sob a rubrica «Instituto de Climatologia e Hidrologia», a importância de 11.999\$52.

Art. 2.º É anulada no artigo 332.º «Remunerações certas ao pessoal em exercício», n.º 1) «Pessoal dos quadros aprovados por lei», no mesmo orçamento e capítulo, a importância de 11.999\$52.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 28 de Maio de 1931.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira—António Lopes Mateus—José de Almeida Eusébio—António de Oliveira Salazar—Júlio Alberto de Sousa Schiappa de Azevedo—Luís António de Magalhães Correia—João Antunes Guimarães—Armando Rodrigues Monteiro—Gustavo Cordeiro Ramos—Henrique Linhares de Lima.*

Decreto n.º 19:783

Tornando-se necessário promover diversas transferências de verba no orçamento do Ministério da Instrução Pública para o ano económico de 1930-1931;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º São autorizadas no orçamento do Ministério da Instrução Pública para o ano económico de 1930-1931 as seguintes transferências de verba:

CAPÍTULO 4.º

Instrução secundária

Do artigo 634.º—Outras despesas com o pessoal:

1) Ajudas de custo:

Aos professores que tomem parte em conferências pedagógicas promovidas pela Repartição	4.000\$00
--	-----------

Para o artigo 642.º—Outras despesas com o pessoal:

1) Ajudas de custo aos reitores e professores chamados a Lisboa em serviço oficial e por ordem do Ministro	4.000\$00
--	-----------